



Impactos da pandemia e do ensino remoto emergencial na trajetória de estudantes do ensino médio integrado

Impacts of the pandemic and emergency remote learning on the trajectory of integrated high school students

Juliana C. P. Piunti¹, Alytha de P. Santos¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP – Campus Sertãozinho.

RESUMO

Este artigo apresenta e discute dados de uma pesquisa de iniciação científica realizada no ensino médio integrado em um campus do Instituto Federal de São Paulo, que buscou conhecer os impactos da pandemia da Covid-19 e do ensino remoto emergencial na trajetória de estudantes. Desemprego entre os familiares, redução do consumo causada pela carestia, necessidade dos jovens de ingressar no mercado de trabalho de forma precária para compor a renda familiar, ampliação das tarefas de cuidados domésticos, adoecimento de familiares, mortes de familiares, adoecimento mental como ansiedade e depressão estão entre os fatos que os estudantes sinalizaram como marcas da pandemia. Os relatos dos estudantes participantes do estudo em questão também evidenciam os limites e fracasso da Educação a Distância, mesmo que no caráter emergencial. Considerando o contexto de crise econômica que se acentua ampliando as desigualdades sociais, apontamos que sob a égide do capitalismo e da estratificação social, o ensino remoto não garantiu e não pode garantir o direito social à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Pandemia Covid-19, EaD, Ensino Remoto, Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT

This article presents and discusses data from a scientific initiation research carried out in high school integrated on a campus of the Instituto Federal de São Paulo, which sought to understand the impacts of the Covid-19 pandemic and emergency remote teaching on the trajectory of students. Unemployment among family members, reduction in consumption caused by high prices, the need for young people to enter the job market in a precarious way to make up the family income, expansion of household care tasks, family illness, family deaths, mental illness such as anxiety and depression are among the facts that students highlighted as hallmarks of the pandemic. The reports of the students participating in the study in question also show the limits and failure of Distance Education, even in an emergency. Considering the context of the economic crisis that is accentuated, increasing social inequalities, we point out that under the aegis of capitalism and social stratification, remote teaching did not and can't guarantee the social right to public, free and socially referenced quality education.

Keywords: Covid-19 Pandemic, EaD, Remote Learning, Integrated High School.

1. Crise econômica, pandemia e desigualdades frente à escola [

Em maio de 2021, contabilizavam-se 425.540 óbitos acumulados pela COVID-19, segundo o Ministério da Saúde, e apenas 11,42% da população vacinada com a 2ª dose (Brasil, 2021). Durante 15 meses, as redes de ensino municipais, estaduais e federais, públicas e privadas, estabeleceram a modalidade de ensino remoto emergencial, numa espécie de educação a distância (EaD) improvisada. Se, por um lado, esta era a única estratégia para manutenção dos vínculos entre escola e comunidade de

estudantes, por outro lado, muitas ações pedagógicas desconsideraram as desigualdades que marcam a realidade dos estudantes da educação básica e as reais condições sociais e econômicas dos estudantes e seus familiares. Segundo Antunes (2021):

A crise econômica e a explosão da pandemia da corona vírus, na interrelação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende do seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcela enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia (Antunes, 2021, p.7).

Esta conjuntura se expressa na situação das famílias dos estudantes, filhos da classe trabalhadora, que frequentam a educação básica nas escolas públicas. Portanto, qualquer ação educativa comprometida com a formação de crianças e jovens depende do reconhecimento das desigualdades e da realidade social na qual a escola está inserida, especialmente num contexto marcado profundamente pela crise sanitária e precarização das relações de trabalho. Sobre esta conjuntura, Antunes (2021) sinaliza que:

No Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com suas “novas modalidades” de trabalho on-line que felicitava os novos “empreendedores”. Sem falar na enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho (Antunes, 2021, p.7).

O sistema de organização social que destrói a natureza, o trabalho e a humanidade é resultante de um movimento que não visa à equação das necessidades humanas ou sociais, mas à sua autovalorização. Para os ajustes do Capital, o desemprego e a precarização das relações de trabalho são normas. Sob este contexto é que compreendemos a realidade da escola pública no Brasil, e mais especificamente a situação do ensino médio. No estado de SP, 85% dos estudantes do ensino médio estão nas redes públicas: 80% na rede estadual e 0,16% no IFSP – rede federal, segundo a pesquisa de Basílio (2016). Uma minoria frequenta a rede privada. A estrutura fragmentada do sistema escolar reproduz a divisão social do trabalho e a lógica do mercado. O acesso ao conhecimento no Brasil se dá de maneira profundamente desigual e seletiva.

As políticas públicas para a educação no Brasil reafirmam os princípios da economia política do neoliberalismo. Há uma tendência, desde a década de 1990, de reduzir o financiamento e orientar as políticas curriculares para as avaliações externas e para uma formação unilateral, mínima e utilitarista para o mercado (Ramos, 2001). Embora nossa Constituição e a LDB confirmem a educação como um direito de todos e como um processo de formação cidadã, no atual contexto este direito social tem sido corroído.

O Artigo nº 205 da Constituição Federal (1988) define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Logo, educar é garantir aos jovens o seu pleno desenvolvimento, a partir de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Art. nº 206). Educar, neste sentido, é levar aos alunos conhecimentos dos quais talvez eles nunca teriam tido a oportunidade de conhecer sem a escola (Young, 2011).

A Lei nº 13.415, promulgada em 2017, orienta a reforma do ensino médio (Brasil, 2017) e coloca em risco a já fragilizada oferta de uma educação gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Os projetos estaduais e federais para a educação profissional e para a educação básica preveem o enxugamento dos currículos e dos processos formativos. A Base Nacional Curricular Comum - BNCC (BRASIL, 2018) é um exemplo deste projeto mais geral que se expressa na formação para adaptação segundo a “pedagogia das competências” (Ramos, 2001).

Na prática, isto significa reduzir ainda mais as possibilidades destes jovens de construir percursos para além do ingresso aligeirado ao mercado de trabalho, que se caracteriza pela informalidade e pelo desmonte dos direitos trabalhistas. Diante das desigualdades sociais brasileiras e da constatação de que o trabalho infantil e juvenil é fator de abreviação do tempo escolar, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que sofrem com a pressão prematura pelo início da vida laboral acabam dissuadidos a avançar para além da escolaridade média.

Esta multiplicidade de desigualdades se revela de forma mais acentuada no contexto da pandemia. A evasão significativa no ensino médio e as dificuldades de aprendizagem são constantes nesta etapa de ensino. As pesquisas de Pinto (2014) indicam que se investe muito pouco por aluno na educação pública, o que implica no fato de que os professores sejam mal remunerados e possuam cargas excessivas de trabalho, além de as escolas serem mal equipadas. Contudo, a qualidade da educação, além de depender dos insumos e da valorização de seus profissionais, depende de fatores socioeconômicos para além da escola.

São fatos que marcam a realidade social brasileira: 31,1 milhões de brasileiros (16% da população) não têm acesso a água fornecida por meio da rede geral de abastecimento; 74,2 milhões (37% da população) vivem em áreas sem coleta de esgoto; outros 5,8 milhões não têm banheiro em casa; 11,6 milhões (5,6% da população) vivem em imóveis com mais de 3 moradores por dormitório; e 3,5 milhões de pessoas vivem com até R\$ 145 por mês. Os números sobre condições de habitação são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

As questões educacionais, portanto, não podem ser compreendidas fora deste quadro geral, particularmente neste contexto marcado pela reestruturação do mundo do trabalho que reforça a lógica neoliberal. Estas condições afetam as trajetórias dos estudantes, assim como as políticas educacionais e curriculares são reorganizadas sob a égide do mercado, regulando as práticas de avaliação externa e de controle do trabalho de professores/as. Antunes (2021) afirma que não faltam evidências sobre a direção que o capital e seus gestores vêm indicando nos setores em que o trabalho digital se desenvolve. Algumas práticas, como o ensino a distância (EaD) no universo educacional, se converteram em verdadeiros laboratórios de experimentação:

O teletrabalho e o home office mostram-se como modalidades que terão significativo crescimento na fase pós-pandemia, em praticamente todos os ramos em que puderem ser implementados. Do ponto de vista empresarial, as vantagens são

evidentes: mais individualização do trabalho; maior distanciamento social; menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho (onde floresce a consciência das reais condições de trabalho); distanciamento da organização sindical; tendência crescente à eliminação dos direitos (como já conhecemos nos pejetizados e outras formas assemelhadas, como o pequeno empreendedorismo); fim da separação entre tempo de trabalho e tempo de vida (visto que as nefastas metas ou são preestabelecidas ou se encontram interiorizadas nas subjetividades que trabalham); e o que também é de grande importância, teremos mais duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, com clara incidência da intensificação do trabalho feminino, podendo aumentar ainda mais a desigual divisão sociosexual e racial do trabalho (Antunes, 2021, p.19).

No ensino médio integrado do Instituto Federal de São Paulo, no campus em questão, como têm se revelado estas desigualdades? Quais as condições sociais e econômicas, determinadas pelo mundo do trabalho, que marcaram a vida dos estudantes e famílias entre 2020 e 2021 quando realizavam as atividades escolares por meio do ensino remoto? Quais os impactos da conjuntura sobre suas trajetórias escolares? As relações entre escola e mundo do trabalho são múltiplas e se manifestam desde a estrutura do sistema educacional até as políticas curriculares e relações entre os agentes sociais no cotidiano das práticas de ensino e aprendizagem. Sob os riscos que a pandemia impôs em termos de ajustes do Capital e alterações dos arranjos educativos, o presente estudo busca os indícios de precarização e resistência das possibilidades de formação integral, fundadas nos princípios constitucionais e institucionais, para o desenvolvimento pleno dos jovens que finalizam a educação básica.

2. A pesquisa

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de iniciação científica que buscou compreender os impactos da pandemia da COVID-19 na situação pessoal e familiar de estudantes da etapa final da educação básica – um grupo de 61 estudantes dos 1º ao 4º ano do ensino médio integrado de um campus do IFSP –, evidenciando alterações no mundo do trabalho, na renda familiar, na situação de moradia e de tarefas de cuidados no ambiente doméstico.

Realizou-se, inicialmente, levantamento bibliográfico utilizando como descritores as expressões “pandemia”, “Covid-19”, “ensino médio” e “ensino remoto emergencial”. Em seguida, para coleta dos dados foram utilizados questionários para conhecer a perspectiva dos estudantes sobre a forma como o ensino remoto emergencial se organizou na instituição e os efeitos deste formato sobre suas aprendizagens neste contexto.

O questionário foi composto por dois conjuntos de questões. O primeiro continha perguntas objetivas, que levantavam dados escolares, socioeconômicos, os efeitos da pandemia sobre as condições socioeconômicas e de saúde das famílias, além das compreensões dos(as) estudantes sobre o ensino remoto emergencial ofertado pelo IFSP. O segundo conjunto apresentava duas questões abertas: (i) Quais foram as dificuldades pessoais que você encontrou para realizar as atividades escolares durante o ensino remoto emergencial? Quais as limitações desse modelo para sua formação escolar? (ii) Quais foram as facilidades pessoais que você encontrou para realizar as atividades escolares durante o ensino remoto emergencial? Quais as contribuições desse modelo para sua formação escolar?

Ao realizarmos o levantamento bibliográfico, foi possível encontrar artigos em periódicos da área de educação e ensino, que manifestaram a ilusória perspectiva em

relação ao EaD, desconsiderando, por vezes, os impactos deste método de ensino aos discentes, que, em sua pluralidade, pertencem à classe trabalhadora e possuem acesso limitado aos recursos tecnológicos necessários à consolidação do ensino remoto. Além de desconsiderarem aspectos sociais e econômicos mais amplos, como: necessidade de os estudantes auxiliarem nos cuidados domésticos e com irmãos mais novos ou pessoas idosas; o impacto na redução da renda familiar, que levou estudantes a realizarem trabalhos informais para composição da renda; falta de perspectiva de futuro dada a ausência de projetos estatais e políticas públicas articuladas para enfrentamento da pandemia e seus efeitos, numa sociedade de classes profundamente desigual.

A análise da regulamentação e normatização do ensino remoto emergencial no IFSP apontou que a instituição, em resposta ao aumento repentino do número de casos, com o intuito de frear a propagação da COVID-19, implementou no dia 14 de março de 2020 a suspensão de aulas presenciais em todos os *campi*. Posteriormente, o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou a Portaria nº 343, que dispunha sobre a substituição das aulas presenciais por meios digitais.

Mais tarde, foi divulgada uma nota através da Reitoria do instituto, por meio do Comitê de Crise, que informou a manutenção da suspensão das aulas presenciais nos campi do IFSP por tempo indeterminado, conforme a Portaria nº 1.200, de 23 de março de 2020, que suspendeu o calendário acadêmico, por ser consciente de que a realização de atividades remotas no ensino demandam planejamento, treinamento e adequação de recursos para que a qualidade e a igualdade de acesso sejam garantidas, priorizando o bem-estar de sua comunidade e a educação pública, gratuita e de qualidade (Reitoria IFSP, Nota nº 06).

Em decorrência do informe, a Portaria nº 1.317 foi emitida, criando o grupo de trabalho (GT) para propor diretrizes nas atividades docentes durante a suspensão do calendário acadêmico devido à crise sanitária. Em virtude disso, foram estabelecidas orientações em relação ao pagamento de auxílios relativos à Política de Assistência Estudantil através da Pró-Reitoria de Ensino (PRE) por intermédio da Instrução Normativa PRE/IFSP nº 002, durante o período de interrupção das aulas, de modo a auxiliar no enfrentamento da pandemia.

No dia 28 de abril, o Reitor, Eduardo Antônio Modena, disponibilizou a Nota nº 06, que dispunha sobre os desdobramentos da Pandemia de Covid-19 e ações da Instituição perante a emergência de saúde mundial. A PRE, no que lhe concerne, através de uma nota de esclarecimento, publicou as atividades acadêmicas e calendário letivo diante do vírus, no dia 8 de maio de 2020.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, em apoio do Fórum de Tecnologia da Informação, lançou um painel com as ações da Rede Federal durante a pandemia. Pôde-se acompanhar as ações dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e do Colégio Pedro II, que se mobilizaram para ajudar as comunidades na prevenção da doença, bem como no auxílio a milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Antes da discussão dos dados, são apresentadas as características do grupo de estudantes participantes (61 estudantes) levantadas pelo questionário:

- a) O maior número de respostas é do quarto ano, que possui maior tensão e pressão para ingressar no mercado de trabalho;
- b) As estudantes mulheres responderam em maior quantidade: 78,9% feminino e 21,1% masculino. No curso em questão, é notável a predominância de estudantes do gênero feminino.

- c) A maioria dos estudantes participantes da pesquisa, do curso Integrado em Química do IFSP campus Sertãozinho, é egressa de redes de ensino municipais (72,1%), seguida da rede estadual (39,3%) e da rede particular (3,3%).
- d) Entre os 61 estudantes, 41% ingressaram por reserva de cotas.
- e) 62,3% dos estudantes possuem um local específico para estudo em suas casas.
- f) 57% dos estudantes possuem renda mensal de 1 a 3 salários mínimos.
- g) 96,7% dos estudantes possuem internet disponível e com qualidade.
- h) 86% dos estudantes foram ou tiveram algum parente contaminado, e 62,3% desses apresentaram sequelas.
- i) 63,9% dos estudantes perderam algum parente acometido pela Covid.
- j) 52,5% registram perda de emprego ou renda na família.

3. Os efeitos da pandemia na situação socioeconômica das famílias dos estudantes

A compreensão das pesquisadoras que realizaram este estudo vai ao encontro desta concepção de Sousa (2020) acerca do estado permanente de crise que a lógica neoliberal do capitalismo empreende. Segundo Santos (2020):

A atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980— à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro—, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anômala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos fatores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto (Santos, 2020, p. 5).

Neste sentido, as perspectivas dos estudantes que participaram da pesquisa indicam elementos que permitem confirmar o aprofundamento da crise social e econômica engendrada pelo Capital, pois trazem dados que evidenciam: a ampliação da precarização do trabalho, do aumento do desemprego, da carestia e do adoecimento mental que possui uma raiz social, ou seja, está intimamente conectado ao cenário do mundo do trabalho e da educação.

Quando questionados sobre os efeitos da pandemia na situação socioeconômica na família dos estudantes, as respostas trazem como principal efeito a carestia, ou seja, o aumento do custo de vida e a diminuição da fonte de renda, isto quando não é perdida. Os relatos dos discentes confirmam a tese de Antunes (2020): o capitalismo pandêmico é perverso com os trabalhadores. Foram recorrentes as falas sobre a necessidade de redução de gastos devido ao aumento do custo de vida, inclusive um dos participantes afirma que foi necessário à família cortar o uso de café, óleo e outros alimentos que encareceram durante a crise sanitária. A Figura 1 apresenta a frequência de termos que apareceram no questionário.

Ao se tratar de dificuldades pessoais, quase 100% dos estudantes se queixaram sobre episódios de crises de ansiedade e estresse, impacto direto sobre a saúde mental pessoal e da família como um todo, sentimento de sobrecarga e medo. O grupo de estudantes participantes do estudo indica como principais dificuldades encontradas no contexto do ensino remoto: falta de ambiente propício para a realização das atividades, sintomas ligados à saúde mental como aumento da ansiedade, provas em grupo, sentimento de culpa por não serem produtivos/as em períodos pandêmicos, desconsideração por parte dos docentes de toda a situação que estava sendo vivida, não entendimento dos recursos tecnológicos, problemas com foco para realização das atividades síncronas e as-síncronas.

Os dados indicam a inviabilidade de Ensino a Distância para estudantes de educação básica. Compreende-se a necessidade pontual e provisória do formato no contexto da pandemia, contudo, para garantir plenamente o direito à educação e a função social da escola, é fundamental a defesa de uma escola pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada e presencial. Em comparativo às dificuldades encontradas pelos estudantes perante ao ensino remoto, ao questionarmos quais foram as contribuições deste método de ensino, obteve-se os termos frequentes nas respostas mostrados na Figura 3.



Figura 3 – Termos que indicam se os alunos consideram que obtiveram alguma contribuição durante o ensino remoto e quais foram.

A maioria dos estudantes disse não ser notável qualquer tipo de contribuição diante do ensino remoto emergencial. A figura anterior apresenta a palavra “Não” em destaque, indicando assim a frequência da utilização de posicionamentos negativos sobre o ensino remoto ou educação a distância. Segundo os estudantes, isso se deve à imensa dificuldade de conciliação entre o ambiente escolar, domiciliar e, por vezes, profissional. Da mesma maneira que o EaD passa a oferecer maior versatilidade de tempo em questão de entrega de atividades ou até mesmo de tempo dedicado a determinado conteúdo, o sentimento de redução na aprendizagem foi hegemônico: o ensino remoto não funciona para educação básica.

5. Algumas considerações

Diante da crise sanitária que se alastrou pelo mundo, era de se esperar que sob essas condições fossem estabelecidas mudanças perante a Covid-19. Por isso, o incre-

mento do ensino remoto emergencial nas escolas de ensino fundamental e médio se tornou necessário, visto que se tratava da única possibilidade de substituição ao funcionamento das escolas. Mas não se pode negar o quanto esse sistema foi inadequado. A totalidade dos colaboradores dessa pesquisa demonstraram-se insatisfeitos com o rumo que a vida escolar tomou. Um dos estudantes afirmou que “foram dois anos jogados fora”.

A forma como o ensino remoto foi “organizado”, além de precarizado, não conseguiu atender minimamente ao que defendemos que seja ofertado como educação pública no país. Saviani e Galvão (2021) reiteram:

Também não nos esqueçamos que a pandemia poderia ter atingido nosso país em menores proporções e, portanto, se há responsáveis pela situação de calamidade a que foi submetida a classe trabalhadora brasileira, ela não pode ter seus efeitos minimizados ou dirigidos à “ausência” dos trabalhadores. Lembremos que o chamado “novo normal” é uma ideia que busca dar uma aparência ordinária ao que não pode e não deve ser tratado como fato corriqueiro da vida. Assim, o “ensino” remoto se encontra no bojo de uma adaptabilidade muito desejável ao capital e à qual devemos nos contrapor. (Saviani; Galvão, 2021).

Os dados e a literatura crítica no campo das ciências da educação indicam que não é razoável e socialmente justo qualquer tipo de ensino não presencial na educação básica mediante as desigualdades típicas de uma sociedade de classes como a brasileira. Os relatos dos estudantes participantes do estudo em questão evidenciam os limites e fracasso da Educação a Distância, mesmo que no caráter emergencial. Para realizar o direito social à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, é preciso resistir cotidianamente e no campo das políticas educacionais e sociais. Aprendemos com a cruel pedagogia do vírus que o capitalismo pandêmico ameaça a vida e a escola pública e o futuro dos filhos e filhas da classe trabalhadora, em tempos de avanço de formas de trabalho mais precarizadas e de desmonte do Estado Democrático no Brasil.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao CNPq pela bolsa de estudos concedida por meio do Programa de Iniciação Científica PIBIC-Ensino Médio e a todos os estudantes e servidores do Instituto Federal de São Paulo que contribuíram direta e indiretamente para a realização do estudo que deu origem a este artigo.

Referências

- ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede: Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53628/emrede.v7.1.621>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BASÍLIO, Juliana Regina. Tornar-se professor(a) na rede estadual de ensino de São Paulo: práticas de contratação e condição docente (1985-2013). 2016. 213 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305018>. Acesso em: 14 maio 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº

- 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **COVID-19 no Brasil**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/covid-19-vacinacao>. Acesso em: 12 maio 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24437&t=sobre>. Acesso em: 14 maio 2021.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação. In: PINTO, José Marcelino de Rezende; SOUZA, Sheila Alves de (org.). **Para onde vai o dinheiro? Caminhos e descaminhos do financiamento da educação**. São Paulo: Xamã, 2014.
- RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.
- SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade & Sociedade**, Brasília, DF, n. 67, p. 36-49, jan. 2021.
- SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos. Desafios da implementação do ensino remoto. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 4, n. 11, p. 81-89, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4252805. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/38>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- YOUNG, Michael. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 609-633, set./dez. 2011.